

SCG IV Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
SCG IV Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SCG IV Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SCG IV Holding S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Arbitragem

Conforme mencionado na nota explicativa 14, a Companhia está discutindo com os ex-acionistas da Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A. no âmbito de uma arbitragem os valores das parcelas a pagar referentes a aquisição dessa controlada, que estão contabilizados nas contas a pagar no montante de R\$ 163.882 mil em 31 de dezembro de 2016. Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar e do ágio decorrente da aquisição dessa controlada não sofreram alterações devido a incerteza da conclusão da arbitragem. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Olivier Trave Bourely
Contador CRC 1SP261915/O-8

SCG IV Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.347	12.398	943	399	Empréstimos e financiamentos	13	124.912	163.782	-	-
Contas a receber de clientes	6	24.168	24.253	-	-	Fornecedores e outras contas a pagar	14	45.855	40.472	35.950	31.447
Adiantamentos a fornecedores		482	320	-	-	Adiantamento de clientes		575	288	-	-
Estoques	7	12.127	14.930	-	-	Salários e provisão para férias		2.450	3.408	-	-
Impostos a recuperar	8	2.440	4.150	11	11	Obrigações fiscais e trabalhistas	15	3.214	3.579	13	26
Impostos de renda e contribuição social a recuperar		440	341	-	-	Total do passivo circulante		177.006	211.529	35.963	31.473
Despesas antecipadas		994	174	-	-	Não circulante					
Outros créditos		414	362	-	-	Empréstimos e financiamentos	13	-	1.273	-	-
Total do ativo circulante		53.412	56.928	954	410	Obrigações fiscais e trabalhistas	15	170	1.188	-	-
Não circulante						Provisão para contingências	16	1.766	314	-	-
Realizável a longo prazo						Outras contas a pagar	14	127.932	112.309	127.932	112.309
Depósitos judiciais e cauções		272	285	-	-	Total do passivo não circulante		129.868	115.084	127.932	112.309
Outras contas a receber - LP		1.370	-	-	-	Total do passivo		306.874	326.613	163.895	143.782
Impostos diferidos ativo	9	67.821	64.731	-	-	Patrimônio líquido					
		69.463	65.016	-	-	Capital social	17	180.100	157.626	180.100	157.626
Investimentos	10	-	-	292.776	281.192	Prejuízos acumulados		(50.265)	(19.806)	(50.265)	(19.806)
Imobilizado	11	153.865	178.075	-	-	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		129.835	137.820	129.835	137.820
Intangível	12	185.046	184.527	-	-	Participação de não controladores		25.077	20.113	-	-
Total do ativo não circulante		408.374	427.618	292.776	281.192	Total do patrimônio líquido		154.912	157.933	129.835	137.820
Total do ativo		461.786	484.546	293.730	281.602	Total do passivo e patrimônio líquido		481.786	484.546	293.730	281.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SCG IV Holding S.A.**Demonstrações de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora		
	2016	2015	2016	2015	
Receita líquida	18	125.606	135.742	-	-
Custos dos produtos vendidos	19	(80.238)	(83.224)	-	-
Lucro bruto		45.368	52.518	-	-
Despesas comerciais	19	(13.811)	(12.901)	-	-
Despesas administrativas	19	(22.975)	(25.151)	(973)	(1.124)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	24	2.317	-	-
Resultados de equivalência patrimonial	10	-	-	(9.416)	(2.907)
Resultado da venda de ativos imobilizados		(652)	195	-	-
Lucro (Prejuízo) antes das receitas financeiras líquidas e impostos		7.954	16.978	(10.389)	(4.031)
Receitas financeiras	20	2.458	2.690	64	60
Despesas financeiras	20	(47.932)	(41.624)	(20.134)	(15.835)
Variação cambial líquida		(40)	10	1	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(37.561)	(21.946)	(30.459)	(19.806)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(24)	(787)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.090	1.678	-	-
Imposto de renda e contribuição social	22	3.066	891	-	-
Prejuízo do exercício		<u>(34.495)</u>	<u>(21.055)</u>	<u>(30.459)</u>	<u>(19.806)</u>
Atribuível a:					
Controladores		(30.459)	(19.806)	(30.459)	(19.806)
Não-controladores		(4.036)	(1.249)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SCG IV Holding S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2015	2015
Prejuízo do exercício	<u>(34.495)</u>	<u>(21.055)</u>	<u>(30.459)</u>	<u>(19.806)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes	<u>(34.495)</u>	<u>(21.055)</u>	<u>(30.459)</u>	<u>(19.806)</u>
Atribuível a:				
Participação de controladores	(30.459)	(19.806)	(30.459)	(19.806)
Participação de não controladores	(4.036)	(1.249)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SCG IV Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Atribuível aos acionistas controladores</u>				
	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2015	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	157.626	-	157.626	-	157.626
Reconhecimento inicial de participação de não controladores	-	-	-	21.362	21.362
Prejuízo do exercício	-	(19.806)	(19.806)	(1.249)	(21.055)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	157.626	(19.806)	137.820	20.113	157.933
Aumento de capital social	22.474	-	22.474	9.000	31.474
Prejuízo do exercício	-	(30.459)	(30.459)	(4.036)	(34.495)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	180.100	(50.265)	129.835	25.077	154.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SCG IV Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes de impostos				
	(37.561)	(21.946)	(30.459)	(19.806)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação do imobilizado	11 23.957	22.417	-	-
Amortização do intangível	12 238	191	-	-
Resultado com equivalência patrimonial	10 -	-	9.416	2.907
Resultado da venda de ativos imobilizados	652	(195)	-	-
Juros sobre outras contas a pagar	20 20.126	15.756	20.126	15.756
Juros com empréstimos e financiamentos	25.060	23.497	-	-
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	2.744	3.460	-	-
Provisão (reversão) de contingências	16 774	450	-	-
Redução (aumento) nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	(2.659)	1.993	-	-
Adiantamentos a fornecedores	(162)	46.568	-	-
Estoques	2.803	31	-	-
Impostos a recuperar	1.586	682	-	(11)
Despesas pagas antecipadamente	(820)	100	-	-
Outras contas a receber	(743)	(667)	-	-
Depósitos judiciais e cauções	13	(247)	-	-
Fornecedores	880	(7.414)	-	-
Adiantamento de clientes	287	288	-	-
Salários e provisão para férias	(958)	2.221	-	-
Obrigações fiscais e trabalhistas - C	(365)	51	(13)	26
Obrigações fiscais e trabalhistas - NC	(1.018)	1.188	-	-
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais				
Juros pagos com empréstimos	(26.161)	(7.333)	-	-
Fluxo de caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais				
	8.673	81.091	(930)	(1.128)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(8.346)	(25.214)	-	-
Venda de imobilizado	7.947	13.354	-	-
Caixa recebido na aquisição de investimentos	-	1.646	-	-
Aquisição de intangível	(757)	(484)	-	-
Aporte de capital em controladas	10 -	-	(21.000)	(156.099)
Aquisição de investimentos	4.1 -	(199.200)	-	-
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos				
	(1.156)	(209.898)	(21.000)	(156.099)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital social	31.474	157.626	22.474	157.626
Novos empréstimos e financiamentos	9.000	223.149	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(48.042)	(239.570)	-	-
Fluxo de caixa (usado nas) gerado pelas atividades de financiamentos				
	(7.568)	141.205	22.474	157.626
Aumento do caixa e equivalentes de caixa				
	(51)	12.398	544	399
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	12.398	-	399	-
No fim do exercício	12.347	12.398	943	399
	(51)	12.398	544	399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A SCG IV Holding S.A. (“Companhia”) é uma empresa de capital fechado e tem sua sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277 no bairro Jardim Paulistano em São Paulo SP, e possui como objetivo a participação em outras sociedades comerciais, como sócia, acionista ou cotista (“holding”). Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a alteração da razão social da Latefah Empreendimentos e Participações S.A. para SCG IV Holding S.A.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 abrangem a Companhia e sua controlada (conjuntamente referidas como “a Companhia” e individualmente como “entidades da Companhia”) descritas na nota explicativa 4.

Em 29 de janeiro de 2015, a Companhia, por intermédio da sua controlada SCG IVa Holding S.A., adquiriu 70% das ações da Tópico Locações de Equipamentos e Galpões para Indústria S.A. (“Tópico”), veja maiores detalhes da aquisição na nota 4.1. Dessa forma, os montantes referentes as demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa consolidados refletem as informações de 11 meses da Tópico de 29 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

A Companhia apurou no exercício findo de 31 de dezembro de 2016 um prejuízo individual e consolidado de R\$ 30.459 e R\$ 34.495 respectivamente, bem como capital circulante líquido negativo individual e consolidado de R\$ 35.009 e R\$ 123.594, respectivamente, cujos efeitos são decorrentes principalmente de: i) apuração de juros no montante de R\$ 20.126 sobre o contrato de compra e venda de 70% das ações da controlada Tópico Locações de Galpões e Equipamentos S.A. (“Tópico”); ii) prestação a pagar no curto prazo de R\$ 35.950 referente ao contrato de compra e venda das ações da Tópico; iii) A Tópico ultrapassou o limite estabelecido em 31 de dezembro de 2015 do índice financeiro Dívida Líquida/ EBITDA, tornando a dívida imediatamente vencida, entretanto a Administração obteve, em março de 2016, um *wavier* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 do banco liquidante da emissão. Dessa forma, como a anuência foi obtida após o fim do exercício, a controlada Tópico reclassificou a parcela de longo prazo para o curto prazo em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia possui compromisso formal do controlador SCG para realizar aportes de capital para cumprir as obrigações de curto prazo relacionadas a aquisição das ações da Tópico.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SCG IV Holding S.A para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 22 de maio de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Todas as informações financeiras apresentadas em R\$ foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas pela Companhia que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas na nota explicativa:

- **Nota 18 - Receita:** determinação do momento da transferência entre os riscos e benefícios mais significativos inerentes a prestação de serviços de locação

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas:

- **Nota 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;**
- **Nota 9 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 11 - Imobilizado:** teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- **Nota 12 - Intangível (ágio):** teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- **Nota 16 - Provisão para contingências**

e. Estrutura da companhia

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da SCG IV Holding S.A. e de suas controlada a seguir relacionada:

Controlada	Abreviação	Percentual de participação	
		2016	2015
Tópico Locações de Galpões e Equipamentos S.A.	Tópico	70%	70%

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia (veja (a) (ii)). A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável (veja (h) (ii)). Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio (veja (c)).

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira

Conforme CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as transações e saldos em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Os ativos e passivos sujeitos à variação cambial estão atualizados pelas taxas das respectivas moedas vigentes no último dia útil de cada exercício apresentado. Os itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

d. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

- a. ***Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado***
O instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisão de compra e venda com base em seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado financeiro quando incorridos, assim como as flutuações do valor justo.
- b. ***Empréstimos e recebíveis***
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia torna-se parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, a data de transição da Tópico para o CPC (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro da rubrica de resultado na venda de imobilizado no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para o período corrente são, aproximadamente, as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Instalações	10 anos
Ferramentas	10 anos
Estruturas e coberturas	Entre 6 (lona) e 15 anos (estrutura)
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Ativos intangíveis e ágio

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

g. Arrendamento mercantil operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

h. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação da probabilidade de perda desses processos inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido da Companhia são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são compensados se houver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal.

l. Receita de aluguéis e de venda de produtos

Aluguel

A receita de aluguel é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

Venda de produtos novos

A venda de produtos novos ocorre por encomenda do cliente, a Companhia adquire os materiais e incorre nos serviços para preparação do produto e quando ocorre a entrega do produto é reconhecida a receita na rubrica de receita operacional de vendas. A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência persuasiva de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias

pode ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Venda de bens usados

A Companhia realiza vendas de bens usados, registrados como ativos imobilizados, essas vendas ocorrem quando há uma solicitação do cliente para compra de ativos que estão locados com os clientes. A venda dos ativos é reconhecida no resultado por meio do reconhecimento do valor da venda deduzido do valor residual do ativo na data da venda. Essa receita é reconhecida no resultado como resultado na venda de imobilizado.

(i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecida nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas com clientes.

m. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação utilizando-se das informações disponíveis e metodologias apropriadas, procedimento este que requer considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor justo mais adequado. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

n. Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(iii) *Determinando se um contrato contém um arrendamento*

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições abaixo forem atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- b. O contrato contém direito de uso do ativo ou ativos.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, então um ativo e um passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, o passivo é reduzido conforme os pagamentos são efetuados e uma despesa financeira sobre o passivo é reconhecida com base na taxa de captação incremental da Companhia.

o. *Novas normas e interpretações ainda não adotadas*

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia está avaliando o impacto total de sua adoção.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Tópico:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas estas normas. Portanto, a adoção antecipada não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Aquisição de controladas

4.1 Tópico Locações de Equipamentos de Galpões S.A.

Em 29 de janeiro de 2015, foi celebrada e confirmada a compra de ações 70% das ações da Tópico pela SCG Iva Holding Ltda. (“SCG IVa”) pelo valor total do contrato de R\$ 327.200.

a. Contraprestação transferida

A tabela a seguir resume o valor justo na data da aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida:

Caixa	199.200
Contraprestação a pagar	128.000
Total da contraprestação transferida	327.200

b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

	Saldos contábeis na data da aquisição	Alocação do preço de aquisição	Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumido
Em 29 de janeiro de 2015			
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.646	-	1.646
Contas a receber de clientes	84.143	(4.313)	79.830
Estoques	14.961	-	14.961
Despesas pagas antecipadamente	275	-	275
Total do ativo circulante	101.025	(4.313)	96.712
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	14.651	-	14.651
Imobilizado	188.436	4.015	192.451
Intangível	421	-	421
Total do ativo não circulante	203.508	4.015	207.523
Total do Ativo	304.533	(298)	304.235
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	11.516	-	11.516
Empréstimos e financiamentos	159.964	279	160.243
Salários, encargos e provisão para férias	5.309	-	5.309
Obrigações Tributárias	4.489	(19)	4.470
Outras contas a pagar	802	-	802
Total do passivo circulante	182.080	260	182.340
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	5.178	(812)	4.366
Obrigações tributárias	1.360	(178)	1.182
Impostos diferidos passivos	32.523	-	32.523
Outras contas a pagar	12.824	-	12.824
Total do passivo não circulante	51.885	(990)	50.895
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumido	70.568	432	71.000

Mensuração de valores justos

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos materiais adquiridos foram as seguintes:

Ativos intangíveis adquiridos	Técnica de avaliação
Contas a receber de clientes	Método de avaliação considerando somente os valores a vencer e vencidos até 180 dias calculados a valor presente.
Imobilizado	Método de avaliação dos ativos por valor de mercado utilizando-se de normas vigentes de avaliação de ativos.
Empréstimos e financiamentos	Método de avaliação considerando a data de vencimentos dos instrumentos calculados a valor presente.
Obrigações tributárias	Método de avaliação considerando a data de vencimentos das obrigações tributárias calculadas a valor presente.

c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Valor total da contraprestação transferida	327.200
Menos o valor total líquido de ativos identificáveis (70% de R\$ 71.000)	<u>(49.700)</u>
Ágio	<u><u>277.500</u></u>

4.2 Incorporação reversa da SCG Holding IVa Ltda.

Em 28 de fevereiro de 2015, a Tópico incorporou de forma reversa sua controladora SCG Iva Holding Ltda., sociedade limitada, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1356, São Paulo - SP. Consequentemente, a Tópico passou a ser controlada diretamente pela SCG Holding IV Holding S.A., com participação de 70%.

Conforme balanço patrimonial emitido nessa data, a SCG Iva Holding Ltda., possuía como principais ativos o investimento por ela detido no capital social da Tópico e o ágio de rentabilidade futura de R\$ 277.500 apurado com base nos livros fiscais, registrado quando da aquisição do referido controle em 29 de janeiro de 2015. Em razão dessa incorporação, o ágio passará a ser dedutível da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Tópico, nos termos do artigo 386 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 300/99) e da Instrução Normativa da Secretária da Receita Federal nº 11/99. Adicionalmente, foi constituída provisão de R\$ 183.150, equivalente à diferença entre o valor do ágio e o benefício fiscal decorrente da sua amortização.

Dessa forma, em 28 de fevereiro de 2015, o acervo líquido contábil da controladora da Tópico, SCG Iva Holding Ltda. incorporado ao patrimônio da Tópico estava assim representado:

Em 28 de fevereiro de 2015	Laudo de incorporação
Ativo	
Não Circulante	
Investimentos	327.859
Total do ativo não circulante	327.859
Total do Ativo	327.859
Passivo	
Circulante	
Salários, encargos e provisão para férias	72
Outras contas a pagar - veja maiores detalhes na nota explicativa 24	43.830
Total do passivo circulante	43.902
Total do passivo	43.902
Acervo líquido incorporado	283.957
(-) Investimentos	(327.859)
+ Reconhecimento do imposto diferido sobre ágio incorporado	94.350
Constituição da reserva especial de ágio na controlada Tópico	50.448

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	1.039	704	943	399
Aplicações financeiras	11.308	11.696	-	-
	12.347	12.400	943	399

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa são consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são denominadas em Reais e remuneradas por taxas variáveis de 91,67% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	Consolidado	
	2016	2015
Duplicatas a receber de terceiros em moeda nacional	35.368	32.709
Provisão para devedores duvidosos	(11.200)	(8.456)
	24.168	24.253

A despesa com constituição das perdas estimadas em créditos duvidosos foi registrada na rubrica de despesas com clientes na demonstração de resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na rubrica perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A exposição da Companhia a riscos de crédito dos saldos de contas a receber de cliente está divulgada na nota explicativa nº 23.

7 Estoques (Consolidado)

	Consolidado	
	2016	2015
No circulante		
Matérias - primas	5.902	8.018
Materiais indiretos	4.023	4.855
Outros estoques	1.201	1.548
Matérias de uso e consumo	1.001	509
	12.127	14.930

8 Impostos a recuperar (Consolidado)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
IPI a recuperar	43	969	-	-
PIS a recuperar	371	501	-	-
COFINS a recuperar	1.736	2.143	-	-
INSS a recuperar	198	-	-	-
Outros impostos a recuperar	92	536	11	11
	2.440	4.149	11	11

9 Impostos diferidos (consolidado)

a. Impostos diferidos reconhecidos

Os impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Provisão para ações trabalhistas	163	171	-	-	163	171
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.685	1.458	-	-	1.685	1.458
Provisão de bônus	9	142	-	-	9	142
Provisão para contas a pagar	2.239	1.665	-	-	2.239	1.665
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	28.401	11.697	-	-	28.401	11.697
Benefício fiscal de ágio	59.755	78.626	-	-	59.755	78.626
Imobilizado (Ajuste de avaliação patrimonial)	-	-	(22.924)	(29.028)	(22.924)	(29.028)
Impostos ativos (passivos)	92.252	93.759	(22.924)	(29.028)	69.328	64.731
Montante passível de compensação	(22.924)	(29.028)	22.924	29.028	-	-
Imposto líquido ativos	69.328	64.731	-	-	69.328	64.731

(a) Movimento dos impostos diferidos por diferenças temporárias durante o ano:

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Provisão para ações trabalhistas	171	(9)	163
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.458	227	1.685
Provisão de bônus	142	(133)	9
Provisão para contas a pagar	1.665	574	2.239
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	11.697	16.704	28.401
Imposto diferido - Ágio	78.626	(18.871)	59.755
Imobilizado (Ajuste de avaliação patrimonial)	(29.028)	6.105	(22.924)
Impostos diferidos líquidos ativos (passivos)	64.731	4.597	69.328

10 Investimentos

a. Composição dos investimentos

Companhia:	2016	2015
Tópico Locações de Equipamentos de Galpões S.A. ("Tópico")	292.776	281.192
	292.776	281.192

b. Movimentação dos investimentos

	Tópico	Total
Em 31 de Dezembro de 2015	<u>281.192</u>	<u>281.192</u>
Aporte de capital (i)	21.000	21.000
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(9.416)</u>	<u>(9.416)</u>
Em 31 de Dezembro de 2016	<u><u>292.776</u></u>	<u><u>292.776</u></u>

- (i) Em 4 de julho de 2016, a Companhia aportou R\$ 21.000 na controlada Tópico com a aquisição de 21.000.000 (vinte milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um Real) por ação.

11 Imobilizado (Consolidado)

a. Movimentações do custo e da depreciação

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Custo				
Máquinas e equipamentos	10.398	22	(630)	9.790
Veículos	7.004	-	(932)	6.072
Móveis e utensílios	1.387	77	-	1.464
Equipamentos de informática	1.245	147	(2)	1.390
Equipamentos de segurança	52	20	-	72
Instalações	375	1	(5)	371
Ferramentas	661	164	-	825
Estruturas e coberturas	84.017	12.030	(13.122)	82.925
Estruturas e coberturas Valor Justo	51.007	-	(1.586)	49.421
Coberturas	14.332	42	(304)	14.070
Coberturas Valor Justo	72.903	-	(3.910)	68.993
Porta palete	173	56	-	229
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>3.100</u>	<u>275</u>	<u>(431)</u>	<u>2.944</u>
Total	246.654	12.834	(20.922)	238.566
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(3.607)	(830)	55	(4.382)
Veículos	(2.133)	(1.093)	422	(2.804)
Móveis e utensílios	(356)	(132)	-	(488)
Equipamentos de informática	(589)	(180)	2	(767)
Equipamentos de segurança	(7)	(11)	-	(18)
Instalações	(93)	(31)	-	(124)
Ferramentas	(311)	(108)	-	(419)
Estruturas e coberturas	(15.318)	(8.884)	2.111	(22.091)
Estruturas e coberturas Valor Justo	(32.584)	(3.379)	3.586	(32.377)
Coberturas	(2.605)	(1.820)	71	(4.354)
Coberturas Valor Justo	(10.160)	(6.904)	1.384	(15.680)
Porta palete	(11)	(28)	-	(39)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>(805)</u>	<u>(557)</u>	<u>204</u>	<u>(1.158)</u>
Total	<u>(68.579)</u>	<u>(23.957)</u>	<u>7.835</u>	<u>(84.701)</u>
Valor líquido contábil	178.075	(11.123)	(13.087)	153.865

As referidas adições e baixas incluem os montantes de R\$ 4.488 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 7.039 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de aquisições e baixas de produtos que transitam pelo imobilizado para formação de produto novo, o qual é reconhecido como custo dos produtos vendidos na rubrica de “consumo de materiais e estoques”, dessa forma, esse efeito é excluído das linhas de aquisições e vendas de imobilizado na demonstração do fluxo de caixa.

b. Ativos totalmente depreciados

Descrição	Vidas úteis estimadas	Custo dos ativos totalmente depreciados
Máquinas e equipamentos	10 anos	1.085
Móveis e utensílios	10 anos	45
Equipamentos de informática	5 anos	295
Ferramentas	10 anos	125
Estruturas e coberturas	De 6 a 15 anos	<u>16.023</u>
Total		<u>17.573</u>

c. Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

O valor recuperável foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base na quantidade existente de estrutura e coberturas e o preço de venda por m³ utilizado em 2016 deduzidos de comissões sobre vendas e custos de montagem e desmontagem. O valor recuperável estimado foi superior ao seu valor contábil em R\$ 174.326 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 189.368 em 31 de dezembro de 2015).

12 Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adições	Saldo em 31/12/2015
Custo			
Ágio de combinação de negócios	183.150	-	183.150
Outros	<u>1.853</u>	<u>757</u>	<u>2.610</u>
Total	185.003	757	185.760
Amortização acumulada			
Outros	<u>(476)</u>	<u>(238)</u>	<u>(714)</u>
Total	<u>(476)</u>	<u>(238)</u>	<u>(714)</u>
Valor líquido contábil	<u>184.527</u>	<u>519</u>	<u>185.046</u>

Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

A Companhia testa ágio para *impairment* no mínimo anualmente (Nota 3.h (ii)).

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), nesse caso, há apenas uma UGC definida que é a Tópico.

A Companhia utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada UGC, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados por um período de 9 anos, considerando taxa de crescimento anuais, baseado no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de desconto antes dos impostos utilizada corresponde à taxa média de mercado das empresas do setor, calculada em 14,9% ao ano. A Companhia utilizou uma taxa de crescimento na perpetuidade de 4,5% ao ano.

As principais premissas utilizadas foram: expectativa de área alugada e preços de aluguel e venda de ativos, custos operacionais e administrativos.

Todo fluxo de caixa futuro foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa significativa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2016 e 2015. A determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chave, conforme descrito anteriormente, que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.

13 Empréstimos e financiamentos

Consolidado

	31/12/2016			31/12/2015			Encargos financeiros anuais (%)	Vencimento	Garantias
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total			
Empréstimos e financiamentos com terceiros									
Em moeda nacional									
Capital de giro	-	-	-	1.775	1.161	2.936	CDI+2%a.a./CDI+3,5%a.a	Agosto de 2017	Avais e fianças
Debentures	124.912	-	124.912	160.671	-	160.671	CDI + 2,95% a.a.	Março de 2020	51% capital social
Financiamentos	-	-	-	1.336	112	1.448	CET 15,33% a.a.	Março de 2017	
	<u>124.912</u>	<u>-</u>	<u>124.912</u>	<u>163.782</u>	<u>1.273</u>	<u>165.055</u>			

Movimentação dos empréstimos:

Modalidades:	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Adições	Pagamentos de principal	Juros provisionados	Pagamentos de juros	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Capital de giro	2.936	9.000	(11.936)	1.218	(1.218)	-
Debentures	160.671	-	(34.664)	23.625	(24.720)	124.912
Financiamentos	1.448	-	(1.442)	217	(223)	-
	<u>165.055</u>	<u>9.000</u>	<u>(48.042)</u>	<u>25.060</u>	<u>(26.161)</u>	<u>124.912</u>

1ª emissão de Debêntures:

Em 26 de fevereiro de 2015, a Companhia emitiu 156 debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1.000. As debêntures emitidas são simples, ou seja, não há conversão em ações de emissão da Companhia. O saldo do valor nominal unitário será amortizado semestralmente, nos meses de março e setembro, a partir do dia 31 de março de 2016 em 9 parcelas consecutivas até 31 de março de 2020. Sobre essas debêntures, incidem juros remuneratórios de CDI + 2,95% a.a.

Na escritura contém uma cláusula contratual restritiva (covenant) estabelecendo que, ao final de cada exercício, o índice financeiro Dívida Líquida/ EBITDA não pode ser superior ou igual a 2,00 (dois inteiros), caso contrário a dívida se torna imediatamente vencido. A Tópico ultrapassou o limite estabelecido em 31 de dezembro de 2016. Entretanto a Administração obteve, em 22 de março de 2017, um waiver para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 do banco liquidante da emissão. Dessa forma, como a anuência foi obtida após o fim do exercício, a Tópico reclassificou a parcela de longo prazo para o curto prazo em 31 de dezembro de 2016.

14 Fornecedores e outras contas a pagar

Consolidado

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores de materiais	457	1.587	-	-
Fornecedores de serviços e outros	2.782	2.618	-	-
Partes relacionadas - veja nota 21	6.666	4.820	-	-
Outras contas a pagar*	163.882	143.756	163.882	143.756
	<u>173.787</u>	<u>152.781</u>	<u>163.882</u>	<u>143.756</u>

(*) Montante referente as parcelas a pagar aos ex-acionistas da Tópico no momento da aquisição da Companhia. O fluxo de pagamentos do contrato está determinado da seguinte forma:

	2016	2015
Parcela retidas (i)	35.950	31.447
Parcelas a prazo (ii)	<u>127.932</u>	<u>112.309</u>
	<u>163.882</u>	<u>143.756</u>

- (i) São valores referentes a aquisição da Tópico, os quais estão sendo discutidos em arbitragem por conta de discussões da Companhia com os ex-acionistas na mensuração das premissas, o qual ficou retido R\$ 28.000. Sobre esse montante, incorreram juros de R\$ 4.503 calculados pela CDI de janeiro a dezembro de 2016 (R\$ 3.447 calculados pela CDI de fevereiro a dezembro de 2015).
- (ii) São valores referentes a aquisição da Tópico que serão pagos aos ex-acionistas em 2018, 2019 e 2020 no total de R\$ 100.000. Sobre esse montante, incorreram juros de R\$ 15.623 calculados pela CDI de janeiro a dezembro de 2016 (R\$ 12.309 calculados pela CDI de fevereiro a dezembro de 2015). No referido acordo, ainda há uma cláusula de *earn-out* de 30% do excesso, que compreende a diferença entre o valor da realização do investimento e o valor do investimento realizado pela Companhia multiplicado pela taxa de retorno mínima (“TIR”), desde que sujeito a um evento de liquidez. Diante desses fatores, a Administração da Companhia não foi possível estimar o valor justo do *earn-out* em decorrência da complexidade dos fatores citados acima.

15 Obrigações fiscais e trabalhistas

Consolidado

Combinado	2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	(195)	-	(195)	(348)	-	(348)
PIS	(168)	-	(168)	(210)	-	(210)
COFINS	(775)	-	(775)	(1.036)	-	(1.036)
INSS	(551)	-	(551)	(367)	-	(367)
FGTS	(172)	-	(172)	(203)	-	(203)
Impostos parcelados (i)	(1.019)	(170)	(1.189)	(1.019)	(1.188)	(2.207)
Outros impostos a recolher	(333)	-	(333)	(396)	-	(396)
	<u>(3.214)</u>	<u>(170)</u>	<u>(3.384)</u>	<u>(3.579)</u>	<u>(1.188)</u>	<u>(4.767)</u>

- (i) Os impostos parcelados referem-se a impostos federais, cujo fatos geradores correspondem ao exercício de 2009 e que foram parcelados 60 meses a partir de dezembro de 2012, vencendo-se a última parcela em novembro de 2017.

16 Provisão para contingências

Consolidado

	2016	2015
Provisão para contingências	(1.849)	(10.800)
Depósitos judiciais provisionados	83	10.486
	(1.766)	(314)

a. *Movimentação da provisão para contingências e dos depósitos judiciais*

Provisão para contingências	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	10.298	502	10.800
Adições / (Estornos)	(10.298)	1.347	(8.951)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	1.849	1.849

b. *Riscos não provisionados*

Expectativa de perda	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Possível em 31 de dezembro de 2015	41.395	2.685	1.403	45.413
Possível em 31 de dezembro de 2016	41.421 (i)	16.559 (ii)	614	58.594

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos e pela própria administração como sendo de risco de perda possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante acima demonstrado para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

- (i) Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos e pela própria administração como sendo de risco de perda possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante acima demonstrado para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, caso esse risco venha a se concretizar ele não gerará impactos financeiros para a Companhia uma vez que o acordo de acionistas deixa claro que a responsabilidade por tal risco pertence a parte vendedora.

A Tópico foi incluída como responsável solidária em um processo trabalhista de um ex-funcionário da Nautika desligado em março de 2015 e foi citada por conta da cisão parcial da Nautika em 2014, totalizando R\$ 11.990 em 31 de dezembro de 2016. Por ser um processo iniciado anterior a data da aquisição da Tópico pela SCG, não haverá efeito no resultado da Tópico em função de existir o direito de reembolso dos antigos acionistas da Companhia conforme preconizado na cláusula 7.1 do Acordo de Acionistas celebrado entre a SCG e os antigos acionistas.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da SCG IV Holding S.A., em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 180.100 (R\$ 157.626 em 31 de dezembro de 2015) dividido em 173.272.700 (cento e setenta e três milhões, duzentas e setenta e dois mil e setecentas) ações, totalmente subscritas e integralizadas:

Acionistas	Ações	Capital	Participação
SCG IV Fundo de Investimento em Participações	164.609.015	171.095	95%
Kerilar Company SA.	8.663.685	9.005	5%
Total	<u>173.272.700</u>	<u>180.100</u>	<u>100%</u>

Em 4 de julho de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia de R\$ 22.474 mediante a emissão de 22.473.700 (vinte e duas milhões, quatrocentas e setenta mil e setecentas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real) e foi integralizado conforme detalhado a seguir: (a) SCG IV Fundo de Investimento em Participações, quantia de R\$ 21.350 equivalentes a 21.350.015 (vinte e uma milhões, trezentas e cinquenta mil e quinze) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real); e (b) Kerilar Company S.A., quantia de R\$ 1.124 equivalentes a 1.123.685 (um milhão, cento e vinte e três mil e seiscentas e oitenta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real).

18 Receita operacional

Consolidado

	2016	2015
Venda de produtos	12.436	22.975
Locação, instalação e desmontagem	131.192	150.998
Locação de plataformas	-	2.524
Receita bruta contábil	<u>143.628</u>	<u>176.497</u>
Deduções de vendas		
Impostos sobre vendas	(15.413)	(18.797)
Devoluções e abatimentos	(2.609)	(8.311)
Receita líquida	<u>125.606</u>	<u>149.389</u>

19 Custos dos produtos e serviços vendidos e despesas e receitas operacionais

Consolidado

2016	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Consumo de materiais e estoque	(4.488)	-	-	-	(4.488)
Perda de inventários	(4.533)	-	-	-	(4.533)
Manutenção e outros materiais	(3.733)	(74)	(172)	-	(3.979)
Salários e encargos	(17.336)	(7.749)	(7.351)	-	(32.436)
Aluguéis de imóveis	(2.389)	-	(641)	-	(3.030)
Montagem	(4.323)	-	-	-	(4.323)
Depreciação do imobilizado	(23.626)	(35)	(296)	-	(23.957)
Amortização do intangível	(52)	(160)	(26)	-	(238)
Aluguéis de equipamentos	(5.395)	(546)	(81)	-	(6.022)
Fretes e carretos	(5.186)	(4)	-	-	(5.190)
Acomodação e viagens	(4.848)	(943)	(404)	-	(6.195)
Assessoria jurídica e consultoria	(193)	-	(8.833)	-	(9.026)
Despesa da provisão para devedores duvidosos	-	(3.221)	(1.460)	-	(4.681)
Serviços de terceiros	(2.024)	(415)	(1.692)	-	(4.131)
Outros	(2.112)	(664)	(2.019)	24	(4.771)
Total	(80.238)	(13.811)	(22.002)	24	(117.000)

2015	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Consumo de materiais e estoque	(5.119)	-	-	-	(5.119)
Perda de inventários	(5.710)	-	-	-	(5.710)
Manutenção e outros materiais	(4.440)	-	(331)	-	(4.771)
Salários e encargos	(26.492)	(8.402)	(6.294)	-	(41.188)
Aluguéis de imóveis	(3.014)	-	(481)	-	(3.495)
Montagem	(3.940)	-	-	-	(3.940)
Depreciação do imobilizado	(21.808)	-	(305)	-	(22.113)
Amortização do intangível	(44)	-	(147)	-	(191)
Aluguéis de equipamentos	(5.792)	-	(1.982)	-	(7.774)
Fretes e carretos	(4.779)	-	(52)	-	(4.831)
Acomodação e viagens	(5.713)	-	(1.442)	-	(7.155)
Assessoria jurídica e consultoria	(112)	-	(7.637)	-	(7.749)
Despesa da provisão para devedores duvidosos	-	(5.081)	-	-	(5.081)
Serviços de terceiros	(1.740)	-	(2.199)	-	(3.939)
Outros	5.479	(1.039)	(2.291)	2.317	4.466
Total	(83.224)	(14.522)	(23.160)	2.317	(118.589)

20 Despesas financeiras líquidas

Consolidado

	2016	2015
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(23.625)	(18.978)
Juros sobre outras contas a pagar	(20.126)	(15.756)
Juros com empréstimos	(1.435)	(4.519)
Juros sobre impostos	(285)	(1.102)
Despesas bancárias	(725)	(253)
Outras despesas financeiras	(1.736)	(1.016)
	<u>(47.932)</u>	<u>(41.624)</u>
Receitas financeiras		
Receitas com aplicações financeiras	1.851	1.252
Outras receitas financeiras	607	1.438
	<u>2.458</u>	<u>2.690</u>

21 Arrendamentos mercantis

Consolidado

a. *Arrendamentos mercantis operacionais*

Arrendamentos como arrendatário

No final do período de reporte, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil	
	2016	2015
Menos de um ano	3.014	3.673
Entre um e cinco anos	4.210	8.761
Total	<u>7.224</u>	<u>12.434</u>

A Companhia arrenda andares em prédio comercial e armazém no qual se localiza sua fábrica e filiais, sob arrendamentos operacionais. Esses arrendamentos normalmente duram de um a três anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada final de contrato, de acordo com os aluguéis de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações em um índice de preço local.

Os arrendamentos do armazém onde se localiza sua fábrica foi registrado há muitos anos como arrendamento combinado de terreno e edificações. Como a escritura do terreno não é transferida, a Companhia determinou que o arrendamento do terreno é operacional. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios da edificação são do arrendador. Assim, a Companhia determinou que os arrendamentos são arrendamentos operacionais.

22 Imposto de renda e contribuição social

Consolidado

Os cálculos de imposto de renda e contribuição social adotados nos exercícios de 2015 e 2014 foram efetuados considerando o regime de tributação do Lucro Real:

- **Lucro real** - O imposto de renda e a contribuição social para os exercícios de 2015 e 2014, para as sociedades que operam de acordo com o regime do lucro real foram calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Reconciliação da taxa efetiva

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Reconciliação da taxa efetiva do imposto				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(37.561)	(21.946)	(30.459)	(19.807)
Alíquota oficial de imposto %	<u>(34%)</u>	<u>(34)%</u>	<u>(34%)</u>	<u>(34)%</u>
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial	12.771	7.462	10.356	6.734
Diferenças permanentes				
Despesas não dedutíveis	(956)	(788)	-	-
Perdas de inventário indedutíveis	(1.507)	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(3.202)	(988)
Não constituição de IR diferido ativo sobre prejuízos fiscais	(7.155)	(5.746)	(7.155)	(5.746)
Outros	<u>(87)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>3.066</u>	<u>464</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(24)	(787)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>3.090</u>	<u>1.251</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>3.066</u>	<u>464</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	(8,16%)	(2,16%)	-	-

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos (Consolidado)

As operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, salários e férias a pagar, impostos e contribuições a recolher.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia efetuou a avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), conforme descrito a seguir:

(i) Risco de crédito

Esse risco é proveniente da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes das prestações de serviços e vendas de produtos que de forma geral não tem garantias ou de créditos detidos junto a instituições financeiras. Para minimizar esse risco, a Administração procura receber valores antecipados. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

Exposição ao risco de crédito

Vencimentos dos recebíveis	2016	2015
Saldos vencidos		
De 1 a 30 dias	1.736	1.977
De 31 a 60 dias	682	699
De 61 a 90 dias	399	490
De 91 a 180 dias	700	818
De 181 a 360 dias	1.558	2.343
Acima de 361 dias	9.642	6.908
	<hr/>	<hr/>
Total vencidos	14.717	13.235
Total a vencer	20.651	19.475
	<hr/>	<hr/>
Total recebíveis	35.368	32.710
	<hr/>	<hr/>
Provisão para devedores duvidosos	(11.200)	(8.457)
	<hr/>	<hr/>
Total	24.168	24.253
	<hr/>	<hr/>

Para efeito de risco de crédito, a Companhia entende que, de acordo com os históricos do mercado, a provisão para credores duvidosos para valores vencidos acima de 180 dias, seja o suficiente para cobrir possíveis perdas no futuro. A porcentagem coberta por este tipo de provisão representou a cobertura de 31,7% do saldo bruto de contas a receber (25,9% em 31 de dezembro de 2015).

(ii) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Companhia, em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios, mantém flexibilidade na captação recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos (*)	124.912	160.667	27.129	25.817	47.224	60.497
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>173.787</u>	<u>173.787</u>	<u>45.855</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>127.932</u>
	<u>298.699</u>	<u>334.454</u>	<u>72.984</u>	<u>25.817</u>	<u>47.224</u>	<u>188.429</u>

(*) Conforme descrito na nota explicativa 13, em 22 de março de 2017 a Tópico obteve o *waiver* do banco liquidante e dessa forma, para fins de apresentação de fluxo de caixa contratual, foi utilizado o vencimento original da dívida.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Tópico e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(iii) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta às variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos e financiamentos. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Tópico adota a política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas.

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

Perfil dos instrumentos financeiros	2016	2015
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	<u>11.308</u>	<u>11.696</u>
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(124.912)	(165.055)
Fornecedores e outras contas a pagar	(173.787)	(152.781)
Exposição de taxa variável (fluxo de caixa líquido)	<u>(287.391)</u>	<u>(306.140)</u>

	CDI	CDI
Aumento da taxa de juros considerado na análise de sensibilidade	1,0%	1,0%
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	Resultado	Patrimônio
Efeito das variações sobre o fluxo de caixa líquido	(2.874)	(3.061)
Aumento / (Redução)	(2.874)	(3.061)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

A análise de sensibilidade levou em consideração os empréstimos e financiamentos que são atualizados pelos índices CDI.

Um aumento de 1% (ou 100 pontos básicos) nas taxas de juros anuais CDI na data das demonstrações financeiras teria produzido os efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido de acordo com os montantes demonstrados acima. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Uma redução de 1% (ou 100 pontos básicos) nas taxas de juros anuais CDI teria produzido efeitos inversos.

Classificação dos instrumentos financeiros

	2016	2015
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	12.347	12.398
Contas a receber de clientes	24.168	24.253
Outras contas a receber	1.784	361
	38.299	37.012
Passivos mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	124.912	165.055
Fornecedores	173.787	152.781
	298.699	317.836

A Companhia avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

24 Partes relacionadas (Consolidado)

a. Transações entre partes relacionadas

	2016	2015
Outras contas a receber:		
Solaris (i)	125	102
Superveniências (ii)	1.370	-
	1.495	102
Total de ativos com partes relacionadas	1.495	102
Fornecedores e outras contas a pagar - veja nota 11		
Solaris (i)	261	237
RV Consultoria (ii)	6.405	4.583
	6.666	4.820
	6.666	4.820
Total de passivos com partes relacionadas	6.666	4.820

- (i) A Tópico possui relacionamento comercial com a coligada Solaris, pois são controladas pelo mesmo controlador, para utilizar plataformas da coligada, os quais são locados pela Tópico. Adicionalmente, durante o ano, a Tópico realizou cisão de ativos e passivos para a coligada Solaris, transferindo a operação de locação de plataformas.
- (ii) Em 29 de janeiro de 2015, a Tópico celebrou um contrato de prestação de serviços de consultoria com a coligada RV Consultoria e Participações Ltda., no qual consiste na prestação de serviços na ordem de gerenciamento empresarial, de políticas e estratégias industriais e comerciais. O contrato possui vigência de 24 meses e vigorará até 29 de janeiro de 2017 e como contrapartida à prestação dos serviços, foi fixado um valor de R\$ 10.000, a ser pago em duas parcelas anuais de R\$ 5.000 atualizados pelo CDI até a data do pagamento.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2014, a Tópico possuía mútuos a pagar para a coligada Tópico Estruturas no valor de R\$ 26.021, os quais foram liquidados mediante celebração de contrato de compra e venda de ativos e outras avenças em 28 de janeiro de 2015, onde a Tópico Estruturas vendeu parte de seu ativo imobilizado no montante de R\$ 23.615 e recebeu também o valor atualizado dos mútuos entre as empresas no valor de R\$ 26.289, totalizando um montante dispendido pela Tópico de R\$ 49.904. Dessa forma, toda a atividade comercial de aluguel foi transferida para a Tópico e a coligada Tópico Estruturas não possui mais atividade comercial.

A Companhia considera que seus diretores estatutários compõem o pessoal-chave da administração, os quais receberam os seguintes benefícios de curto prazo:

	2016	2015
Benefícios de curto-prazo (a)	1.116	1.082
	1.116	1.082
	1.116	1.082

- (a) São compostos por ordenados, pró-labore, salários e contribuições para previdência social.